

TX Agropecuária e Turismo S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
nº 2456Q-029-PB

Em 31 de dezembro de 2023



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	6
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas da
TX Agropecuária e Turismo S.A.
Itacaré – BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da TX Agropecuária e Turismo S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da TX Agropecuária e Turismo S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de maio de 2024

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0



João Henrique Schenk
Contador CRC 1SP-202.127/O-8

TX Agropecuária e Turismo S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
ATIVO			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.991	3.067
Contas a receber	5	2.118	1.341
Estoques	6	6.753	6.633
Impostos a recuperar	-	800	306
Outros ativos	-	1.001	1.032
Total do ativo circulante		13.663	12.379
Ativo não circulante			
Partes relacionadas	7	1.976	4.435
Imobilizado	8	16.008	14.773
Total do ativo não circulante		17.984	19.208
Total do ativo		31.647	31.587

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

TX Agropecuária e Turismo S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Passivo circulante			
Fornecedores	9	1.981	1.888
Empréstimos e financiamentos	10	1.128	1.790
Obrigações trabalhistas	-	822	613
Obrigações tributárias	-	887	1.038
Adiantamentos de clientes	11	7.626	7.025
Outros passivos	-	7	27
Total do passivo circulante		<u>12.451</u>	<u>12.381</u>
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	<u>1.148</u>	<u>1.838</u>
Total do passivo não circulante		<u>1.148</u>	<u>1.838</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	13.1	14.860	14.860
Reserva de capital	13.2	388	-
Reserva legal	13.3	376	251
Reserva de lucros	13.4	<u>2.424</u>	<u>2.257</u>
Total do patrimônio líquido		<u>18.048</u>	<u>17.368</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>31.647</u></u>	<u><u>31.587</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

TX Agropecuária e Turismo S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita líquida	14	31.210	33.878
Custo dos serviços prestados	15	<u>(18.920)</u>	<u>(19.219)</u>
Lucro bruto		12.290	14.659
Despesas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	16	(8.649)	(8.473)
Despesas comerciais	17	(1.423)	(1.089)
Outras receitas operacionais	-	101	-
Lucro antes do resultado financeiro		<u>2.319</u>	<u>5.097</u>
Despesas financeiras	18	(431)	(850)
Receitas financeiras	18	632	781
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>2.520</u>	<u>5.028</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	10	-	-
Lucro líquido do exercício		<u>2.520</u>	<u>5.028</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

TX Agropecuária e Turismo S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	----- 2.520	----- 5.028
Outros resultados abrangentes líquido dos efeitos tributários	-	-
Resultado abrangente do exercício	----- <u>2.520</u>	----- <u>5.028</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

TX Agropecuária e Turismo S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de lucros</u>	<u>Lucros (prejuízos) acumulados</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
Em 31 de dezembro de 2021 (Não auditado)		14.860	-	-	-	(1.768)	13.092
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	5.028	5.028
Constituição da reserva legal	13.3	-	-	251	-	(251)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13.4	-	-	-	-	(752)	(752)
Constituição da reserva de lucros		-	-	-	2.257	(2.257)	-
Em 31 de dezembro de 2022		14.860	-	251	2.257	-	17.368
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	2.520	2.520
Constituição da reserva legal	13.3	-	-	125	-	(125)	-
Distribuição de dividendos	13.4	-	-	-	-	(2.228)	(2.228)
Constituição da reserva de lucros		-	-	-	167	(167)	-
Constituição de crédito de subvenção de ICMS	13.2	-	388	-	-	-	388
Em 31 de dezembro de 2023		<u>14.860</u>	<u>388</u>	<u>376</u>	<u>2.424</u>	<u>-</u>	<u>18.048</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

TX Agropecuária e Turismo S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	2.520	5.028
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas (consumidas nas) atividades operacionais:		
Depreciação	1.665	2.070
Juros sobre empréstimos	283	530
Variação nas contas de ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(777)	803
Estoques	(120)	(1.998)
Impostos a recuperar	(106)	199
Outros ativos	31	719
Fornecedores	93	(973)
Obrigações trabalhistas	209	(89)
Obrigações tributárias	(151)	(586)
Adiantamento de clientes	601	(2.736)
Outras obrigações	(20)	(53)
Pagamento de juros	(325)	(521)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>3.903</u>	<u>2.393</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(2.899)	(1.950)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	<u>(2.899)</u>	<u>(1.950)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de principal	(1.310)	(1.563)
Partes relacionadas	2.459	(275)
Distribuição de dividendos	(2.228)	(752)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	<u>(1.079)</u>	<u>(2.590)</u>
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>(76)</u>	<u>(2.147)</u>
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	3.067	5.214
No final do exercício	2.991	3.067
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>(76)</u>	<u>(2.147)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A TX Agropecuária e Turismo S.A. (“Txai Resort” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima, de propósito específico, formada pela participação societária das Companhias TX Investimentos e Participações Ltda, DBT Participações e Imóveis Ltda., Participações e Empreendimentos Rovaniem Ltda. e Milford TX S.A., constituída em 12 de junho de 2000, com sede na Rodovia Ilhéus-Itacaré, Itacaré, BA.

A Companhia tem como objeto social, específica e exclusivamente, a realização das atividades descritas em seu ato social, compreendendo as atividades de hotelaria, exploração das atividades ligadas ao turismo, como serviços de agência de turismo e organização, contratação de execução de passeios, turísticos, atividades relacionadas a administração condominial, exploração de empreendimentos imobiliários sob todas suas modalidades, o que inclui o planejamento, incorporação, desenvolvimento e a exploração de empreendimentos imobiliários do ramo de turismo, lazer e de negócios e participação em outras sociedades, empresárias ou simples, nacionais ou estrangeiras como sócia ou acionista.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

A autorização, pela diretoria, para a emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em 13 de maio de 2024.

2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 2.3.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

2.4. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos descritos na Nota Explicativa nº 19 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

3.1.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do pagamento ou recebimento.

3.1.2. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto e médio prazo, para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.1.3. Contas a receber

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado e, quando aplicável, reduzido de provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

3.1.4. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 8 e levam em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens.

Os encargos financeiros dos financiamentos incorridos na fase de construção de bens integrantes do ativo imobilizado são capitalizados até o ativo entrar em operação.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa, quando incorrido.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a avaliação de redução ao valor recuperável de ativos, é realizado anualmente caso tenha ocorrido qualquer indício de perda, e avaliado se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Somente se houver alguma indicação, deve ser estimado o valor recuperável do ativo.

3.1.5. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e os valores contábeis líquidos excedam o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base no contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos não financeiros.

3.1.6. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no ingresso dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de variação monetária e dos respectivos encargos financeiros incorridos até as datas dos balanços, conforme os termos definidos contratualmente, utilizando o método de juros efetivos. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecido na demonstração do resultado ou capitalizado durante a fase de construção, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

3.1.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.1.8. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações monetárias ou cambiais incorridos e dos ajustes a valor presente. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.1.9. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais, quando aplicáveis, são as seguintes: **(i)** ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **(ii)** passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e **(iii)** obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3.1.10. Tributação

Impostos sobre a prestação de serviços e vendas de mercadorias

As receitas de serviços e venda de mercadorias estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) – 3,00% e 7,60%;
- Imposto sobre serviços (ISS) – 5%; e
- Imposto de Circularização sobre Mercadorias e Serviços (ICMS) – 2% a 25%.

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

O imposto diferido é reconhecido sobre diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e suas respectivas bases de cálculo (conhecidas como diferenças temporárias). Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias que se espera que aumentem o lucro tributável no futuro. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias que se espera que reduzam o lucro tributável no futuro e quaisquer prejuízos fiscais não utilizados ou créditos fiscais não utilizados. Impostos diferidos ativos são mensurados pelo maior valor que, com base no lucro tributável corrente ou futuro estimado, seja mais provável do que improvável que seja recuperado. O valor contábil líquido de impostos diferidos ativos é revisado a cada data de balanço e ajustado para refletir a avaliação atual dos lucros tributáveis futuros. Quaisquer ajustes são reconhecidos em lucros e perdas. O imposto diferido é calculado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas ao lucro tributável (prejuízo fiscal) dos períodos nos quais se espera que o imposto diferido ativo seja realizado ou que o imposto diferido passivo seja liquidado, com base nas alíquotas que tenham sido promulgadas ou substantivamente promulgadas até o final do período do relatório.

A administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de Imposto de Renda, com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado.

3.1.11. Provisões

Reconhecidas apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O valor reconhecido como provisão corresponde a melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas de encerramento dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

3.1.12. Adiantamentos de clientes

A receita compreende o valor de recebimento antecipado de venda de ingressos, que serão apropriados ao resultado à medida que os serviços forem prestados.

3.1.13. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço e produto.

A Companhia, baseada no modelo de cinco etapas da norma: **(i)** identificação de contratos com clientes; **(ii)** identificação de obrigações de desempenho nos contratos; **(iii)** determinar o preço da transação; **(iv)** alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e **(v)** reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida; analisou os contratos e identificou que as obrigações de desempenho satisfazem:

Receitas de serviços: As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria física e venda on-line) são reconhecidas no momento da visita do cliente ao parque.

As receitas provenientes de contratos de locação são reconhecidas no resultado à medida que os prazos dos contratos vão incorrendo com base na vigência e característica dos contratos.

Receitas com mercadorias: As vendas de *souvenirs* são reconhecidas quando da transferência dos bens aos clientes.

Receita e despesa financeira

A receita financeira está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados juntamente com o investimento.

3.1.14. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i) Ativos financeiros

A administração reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) com base tanto: **(a)** no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto; e **(b)** nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: **(i)** o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e **(ii)** os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: **(i)** o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e **(ii)** os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

A Companhia classifica seus ativos financeiros em: **i)** valor justo por meio do resultado e **ii)** custo amortizado. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para gestão de ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais. São eles: “contas a receber”, “partes relacionadas” e “outros ativos” são classificados como custo amortizado.

ii) Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado (“VJR”) ou custo amortizado, conforme o caso.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem “empréstimos e financiamentos”, “outros passivos” e “fornecedores”.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

iii) Desconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.1.15. Pronunciamentos novos e ainda não adotados

Normas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2023

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- CPC 50 – Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021);
- Alterações ao CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis;
- Alterações ao CPC 32 – Tributos sobre o Lucro – Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação;
- Alterações ao CPC 32 – Tributos sobre o Lucro – Reforma Tributária Internacional – Regra do Modelo do Pilar Dois (i); e
- Alterações ao CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros – Definição de Estimativas Contábeis.
- A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária.

Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023

- As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:
- Alterações ao CPC 36 (R3) e ao CPC 18 (R2) Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto;
- Alterações ao CPC 26 (R1) Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante;
- Alterações ao CPC 26 (R1) Passivo Não Circulante com Covenants;
- Alterações ao CPC 03 (R2) e ao CPC 40 (R1) Acordos de Financiamento de Fornecedores; e
- Alterações ao CPC 06 (R2) Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”.

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa	-	148
Bancos conta movimento	205	192
Aplicações financeiras	2.786	2.727
Total	2.991	3.067

As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários (CDB), com remuneração de 100% dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs). As aplicações podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

5. Contas a receber

	2023	2022
Agências de viagens nacionais	33	171
Cartão de crédito	2.085	1.170
Total	2.118	1.341

O saldo de contas a receber tem características de vencimento em curto prazo. O risco de insolvência é quase nulo, dado que a maioria das vendas a prazo são recebidas com cartão de crédito e recebidas no mês subsequente.

Composição dos vencimentos do contas a receber:

Descrição	Valor
A vencer	
Até 30 dias	2.118
Após 30 dias	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.118
A vencer	-
Até 30 dias	1.285
Após 30 dias	56
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.341

6. Estoques

	2023	2022
Alimentos e bebidas	2.401	2.120
Pequeno material de exploração	1.396	1.164
Estoque de manutenção	2.080	1.756
Material de uso e consumo	641	658
Material para revenda	235	231
Outros estoques	-	704
Total	6.753	6.633

7. Partes relacionadas

Ativo não circulante	2023	2022
Milford Tx S.A.	-	381
Part. e Empreend. Rovaniem Ltda.	-	515
DBT Participações e Imóveis Ltda.	-	705
TX Investimentos e Participações Ltda.	-	1.646
TX Assessoria e Gerenciamento de Hotéis S.A.	1.976	1.188
Total	1.976	4.435

Os saldos referem-se a conta corrente entre partes relacionadas, contudo, sem a previsão de incidência de juros, correção monetária, tampouco prazo de vencimento preestabelecido.

8. Imobilizado

	% - Taxa anual de depreciação	2023		2022	
		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Terrenos	-	1.719	-	1.719	1.719
Edificações	10	21.693	(12.437)	9.256	10.121
Máquinas e equipamentos	10	3.846	(2.843)	1.003	274
Veículos	20	1.434	(1.434)	-	-
Móveis e decorações	10	4.072	(3.187)	885	605
Equipamento de informática	20	837	(730)	107	85
Equipamento de telefonia	20	209	(209)	-	6
Equipamento de cozinha, bar e salão	20	669	(497)	172	194
Obras de arte	-	119	-	119	119
Enxovais	50	1.409	(970)	439	195
Imobilizado em andamento	-	2.308	-	2.308	1.455
Total		38.315	(22.307)	16.008	14.773

	% - Taxa anual de depreciação	2022		2021 (Não auditado)	
		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Terrenos	-	1.719	-	1.719	1.719
Edificações	10	21.691	(11.570)	10.121	10.989
Máquinas e equipamentos	10	2.897	(2.623)	274	239
Veículos	20	1.434	(1.434)	-	-
Móveis e decorações	10	3.473	(2.868)	605	741
Equipamento de informática	20	774	(689)	85	56
Equipamento de telefonia	20	209	(203)	6	8
Equipamento de cozinha, bar e salão	20	644	(450)	194	257
Obras de arte	-	119	-	119	35
Enxovais	50	1.002	(807)	195	-
Imobilizado em andamento	-	1.455	-	1.455	849
Total		35.417	(20.644)	14.773	14.893

A movimentação do ativo imobilizado encontra-se demonstrada a seguir:

	2021 (Não auditado)	Adição	Transferência	Depreciação	2022
Terrenos	1.719	-	-	-	1.719
Edificações	10.989	-	-	(868)	10.121
Máquinas e equipamentos	239	307	-	(272)	274
Móveis e decorações	741	632	(723)	(45)	605
Equipamento de informática	56	41	-	(12)	85
Equipamento de telefonia	8	-	-	(2)	6
Equipamento de cozinha, bar e salão	257	1	-	(64)	194
Obras de arte	35	84	-	-	119
Enxovais	-	279	723	(807)	195
Imobilizado em andamento	849	606	-	-	1.455
Total	14.893	1.950	-	(2.070)	14.773

	2022	Adição	Transferência	Depreciação	2023
Terrenos	1.719	-	-	-	1.719
Edificações	10.121	2	-	(867)	9.256
Máquinas e equipamentos	274	950	-	(221)	1.003
Móveis e decorações	605	599	-	(319)	885
Equipamento de informática	85	63	-	(41)	107
Equipamento de telefonia	6	-	-	(6)	-
Equipamento de cozinha, bar e salão	194	25	-	(47)	172
Obras de arte	119	-	-	-	119
Enxovais	195	407	-	(163)	439
Imobilizado em andamento	1.455	853	-	-	2.308
Total	14.773	2.899	-	(1.664)	16.008

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia entendeu não ser necessário o reconhecimento de quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

9. Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores diversos	1.981	1.888
Total	1.981	1.888

O saldo de fornecedores é composto principalmente por prestadores de serviços, A&B e imobilizado que foram adquiridos no curso normal dos negócios da operação do hotel. Sendo o pagamento devido no período de até um ano.

Composição da parcela de não circulante

O fluxo de pagamento da parcela de não circulante encontra-se demonstrada a seguir:

Ano	Valor
2025	1.148
Total	1.148

11. Adiantamentos de clientes

	2023	2022
Cartas de crédito (a)	338	2.770
Eventos (b)	1.839	1.758
Hospedagem (c)	4.942	2.105
Outros adiantamentos	507	392
Total	7.626	7.025

- (a) Os saldos das cartas de crédito representam valores de créditos adquiridos por clientes para o uso futuro no hotel. Tais créditos serão realizados à medida que os clientes efetuarem reservas e consumirem os serviços;
- (b) Os saldos dos adiantamentos de eventos, correspondem adiantamentos recebidos para a realização de eventos privados, tais como casamentos e conferências. A realização dos serviços está agendada conforme a data e detalhe de cada evento; e
- (c) O saldo dos adiantamentos de hospedagens, refletem adiantamentos para reservas de quartos e pacotes de hospedagem, que são realizados como receita no momento do *checkout*.

12. Provisão para demandas judiciais

Os passivos contingentes são reconhecidos quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, não possuía processos de natureza tributária, trabalhista ou cível com prognóstico provável.

Processos judiciais não provisionados

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o passivo contingente, estimado para o processo judicial cuja probabilidade de perda é considerada possível, é apresentado a seguir:

	2023	2022
Processo cível	20	20

De acordo com a legislação vigente, as declarações de imposto de renda entregues estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais. Várias outras declarações referentes a impostos e contribuições federais e municipais, contribuições previdenciárias e outros encargos similares referentes a períodos variáveis estão sujeitas à revisão por períodos variados. No entanto, na opinião da administração da Companhia, todos os impostos e encargos devidos foram pagos ou estão devidamente provisionados no balanço patrimonial e, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existindo processos significativos conhecidos contra a Companhia. Contingências que possam advir de eventuais fiscalizações não podem ser determinadas no momento, mas a avaliação da Companhia é que não existam passivos adicionais que devam ser considerados em suas demonstrações financeiras.

13. Patrimônio líquido

13.1. Capital social subscrito e integralizado

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Companhia é de R\$ 14.860, representado por 4.275.903 ações de valor nominal R\$ 1.00 (um real) cada e 10.584.608 ações sem valor nominal, composto da seguinte forma:

Acionistas	Ações	Valor	(%)
TX Investimentos e Participações Ltda	9.453.514	9.454	63,62
Participações e Empreendimentos Rovaniem Ltda.	2.783.374	2.783	18,73
Milford TX S.A.	2.623.623	2.623	17,65
Total	14.860.511	14.860	100,00

Cessão de ações

Em 27 de julho de 2023, conforme instrumento particular de contrato de venda e compra de ações e outras avenças, foi deliberada a venda das ações da empresa DBT Participações e Imóveis Ltda. que detinha 21,70% do capital da Companhia para a empresa TX Investimentos e Participações Ltda.

13.2. Reserva de capital

Foi constituída por um montante de R\$ 388 equivalente ao total das operações que geraram créditos de subvenção de ICMS durante o exercício.

13.3. Reserva legal

Será constituída por um montante equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia constituiu o valor de R\$ 376 (R\$ 251 em 2022).

13.4. Distribuição de dividendos

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia distribuiu seus dividendos sobre o lucro líquido do exercício no total R\$ 2.228 (R\$752 em 2022).

13.5. Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tem saldo remanescente na reserva de lucro no montante de R\$ 2.424 (R\$ 2.257 em 2022). Que será deliberado conforme Assembleia, na conformidade de proposta a ela apresentada pelo Conselho de administração, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento.

14. Receita líquida

	2023	2022
Hospedagem	23.016	24.833
Mercadorias	5.915	6.917
Serviços	4.162	3.982
Locação	457	996
Total	33.550	36.728
(-) Impostos sobre as vendas	(2.134)	(2.824)
(-) Devoluções	(206)	(26)
Total	(2.340)	(2.850)
Total	31.210	33.878

15. Custo dos serviços prestados

	2023	2022
Custo com pessoal	(9.637)	(9.194)
Custo com a venda de mercadoria	(2.894)	(3.074)
Custo com a prestação de serviços	(3.718)	(3.989)
Custo com agências de viagem	(1.835)	(1.800)
Custo com energia elétrica e água	(604)	(973)
Custo com gás e combustível gerador	(232)	(189)
Total	(18.920)	(19.219)

16. Despesas administrativas e gerais

	2023	2022
Serviços prestados por terceiros	(3.751)	(2.781)
Depreciação	(1.665)	(2.070)
Despesa com manutenção	(886)	(1.041)
Viagens e hospedagens	(580)	(586)
Despesa com comunicação	(398)	(442)
Impostos e taxas	(348)	(305)
Despesas legais	(367)	(143)
Locação de equipamentos	(249)	(152)
Despesa com aluguéis	(207)	(136)
Seguros	(27)	(53)
Outras despesas	(171)	(764)
Total	(8.649)	(8.473)

17. Despesas comerciais

	2023	2022
Publicidade e propaganda	(928)	(625)
Despesas comerciais	(495)	(464)
Total	(1.423)	(1.089)

18. Resultado financeiro

Descrição	2023	2022
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	50	55
Rendimento de aplicações financeiras	152	357
Juros ativos	430	369
Total	632	781
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(86)	(140)
Juros passivos	(308)	(534)
Outras despesas financeiras	(37)	(176)
Total	(431)	(850)
Resultado financeiro	201	(69)

19. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem aos impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. Os encargos de imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço.

O imposto de renda está calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável/ajustado, acrescida do adicional de 10%, sendo feito as devidas deduções permitidas pelo regulamento do imposto de renda. A contribuição social sobre o lucro está calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Descrição	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.520	5.028
(+) Adições (i)	-	608
(-) Exclusões (i)	(33.298)	(26.450)
Base de cálculo	(30.778)	(20.814)
Alíquota de IRPJ - 15%	-	-
Alíquota adicional de IRPJ - 10%	-	-
Alíquota CSLL - 9%	-	-
Total do imposto de renda e contribuição social	-	-

- (i) As adições e exclusões referem-se, principalmente, a adição de despesas indedutíveis e exclusões das receitas com o benefício do Perse.

20. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os instrumentos financeiros da Companhia estão registrados em contas patrimoniais por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nas datas dos balanços. A administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas em contrapartida àquelas vigentes no mercado.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Companhia e os respectivos efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras. Os valores a receber de clientes estão substancialmente atrelados a vendas com cartão de crédito cujo risco de crédito não recai sobre a Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha de acordo com critérios objetivos para a diversificação de riscos de crédito.

Riscos de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de curto prazo. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Considerando que parte substancial dos empréstimos da Companhia está atrelada a taxas pré-fixadas, a administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

Operações com instrumentos derivativos

A Companhia não efetuou operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

20.1. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2023 e 2022 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, valores a receber, empréstimos.

Instrumentos financeiros	Nível	2023		
		Valor justo	Custo amortizado	Total geral
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa		2.991	-	2.991
Contas a receber		-	2.118	2.118
Partes relacionadas		-	1.976	1.976
Outros ativos		-	1.001	-
Total do ativo		2.991	5.095	7.085
Passivos financeiros				
Fornecedores			1.981	1.981
Empréstimos			2.276	2.276
Outros passivos			7	-
Total do passivo			4.264	4.257

Instrumentos financeiros	Nível	2022		
		Valor justo	Custo amortizado	Total geral
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	2	3.067	-	3.067
Contas a receber	2	-	1.341	1.341
Partes relacionadas	3	-	4.435	4.435
Outros ativos			1.032	-
Total do ativo		3.067	6.808	8.843
Passivos financeiros				
Fornecedores	3	-	1.888	1.888
Empréstimos	2	-	3.628	3.628
Outros passivos			27	-
Total do passivo		-	5.543	5.516

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos:

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros**

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

- **Nível 1:** Avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços;
- **Nível 2:** Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços); e
- **Nível 3:** Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).
- **Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo;
- **Contas a receber:** as contas a receber são avaliadas pelo valor de realização e, quando aplicável, são deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- **Fornecedores e partes relacionadas (a pagar e a receber):** apresentadas ao valor contábil, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado; e
- **Empréstimos e financiamentos:** Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que as operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.

* * *